

Título: Inovações sociais na agricultura urbana e periurbana

Proponente: Luciana Nunes de Oliveira

E-mail: luciana@ufsm.br

Telefone de contato: 55 981083084

Programa de Pós-Graduação: PPG Administração (PPGA)

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/RS

Nome da Orientadora: Prof. Dr.^a Jordana Marques Kneipp

1 INTRODUÇÃO

A inovação, seja qual for a sua natureza, os valores que representa e a forma como pode ser utilizada em contextos sociais, tem sido uma questão estudada desde o primeiro terço do século passado, a partir dos trabalhos pioneiros de Schumpeter (PUELLES; EZPONDA, 2016). Moulaert e MacCallum (2019) confirmam que não existe uma definição universal de inovação social (IS). No entanto, outro denominador comum dos entendimentos existentes é que as inovações sociais são uma tentativa liderada pelas pessoas de empoderar coletivamente as pessoas e abordar as desigualdades sociais por meio de uma variedade de ações de baixo para cima (MOULAERT; MACCALLUM, 2019). A inovação social traz crescimento econômico e cria valor social ao mesmo tempo; sendo necessária para a sociedade porque muitos desafios sociais são resistentes a abordagens convencionais para resolvê-los (CUNHA *et al.*, 2022).

O que está por trás do caminho da inovação social não é um problema social a ser resolvido, mas a mudança social que ele traz; deste ponto de vista, pode-se perceber melhor a especificidade do processo de criação de inovação social como novas ideias manifestadas em ações sociais que levam à mudança social e propõem novas alternativas e novas práticas sociais para grupos sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2014). A inovação social fornece resultados sociais benéficos para cidadãos e outros atores, geralmente em nível local com o forte envolvimento de baixo para cima da sociedade civil e por meio de seus pontos fortes inter-atores, intersetoriais, interdisciplinares e transversais (MILLARD; FUCCI, 2023).

Há um interesse crescente pela inovação social tanto nos discursos públicos quanto acadêmicos (AVELINO *et al.*, 2019). O crescente interesse em IS corrobora com a tendência mais ampla de maior engajamento teórico-inovador com fenômenos de inovação além do foco tradicional em novas tecnologias e produtos (PEL *et al.*, 2020). Para Eichler e Schwarz (2019) o recente interesse crescente em IS nos dá esperança de que alguns dos problemas sociais e ambientais mais desafiadores serão resolvidos ou, pelo menos, mitigados no futuro.

Em todo o mundo, grupos de pessoas, comunidades e cidadãos reconheceram a necessidade de cooperação, coordenação e alianças para enfrentar os desafios globais e locais (GOVIGLI, 2022). A sustentabilidade tem se tornado cada vez mais central para agendas globais, regionais e nacionais. Por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto compartilhado de elementos orientadores foi operacionalizado para fazer progresso tangível em múltiplos níveis (ONU, 2015). Eles evoluíram para incluir não apenas as pessoas, o planeta e a prosperidade, mas também a paz e a parceria, ligando as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade (SACHS *et al.*, 2019).

A inovação social relacionada aos ODS na agricultura urbana e periurbana (AUP) envolve soluções criativas para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais nas cidades. Nos últimos anos, a avaliação do impacto ambiental dos produtos agroalimentares, especialmente a pegada de carbono, despertou um interesse notável entre a comunidade da sustentabilidade (IJASSI; REJEB, ZWOLINSKI, 2021). O imperativo de um sistema alimentar sustentável, equitativo e resiliente é cada vez mais reconhecido como um pilar fundamental da saúde ambiental e social global (TIAN *et al.*, 2024).

Neste sentido, a AUP ganhou a atenção de acadêmicos e profissionais por ser uma estratégia no planejamento urbano para responder a questões urbanas causadas pela rápida urbanização; ressaltando que os problemas sociais, ambientais e alimentares causados por desenvolvimentos urbanos estão estimulando a AUP mundialmente (AHMAD *et al.*, 2024). De acordo com Mougeot (2006) a agricultura urbana pode ser descrita como o cultivo, processamento e distribuição de plantas e árvores, alimentos e não alimentos, e a criação de

gado; diretamente para o mercado urbano, tanto dentro quanto na periferia de uma área urbana.

Ressalta-se que a AUP não é uma substituição completa da agricultura rural, pois isso é impossível devido à demanda excessiva por alimentos globalmente, incluindo o problema da fome; no entanto, a diversificação e a descentralização da produção de alimentos são cruciais para a segurança alimentar (NOWYSZ *et al.*, 2022). A partir da contextualização apresentada, o estudo se propõe a analisar como as práticas de inovação social estão associadas a sustentabilidade da agricultura urbana e periurbana no município de Santa Maria/RS.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo é analisar como as práticas de inovação social estão associadas a sustentabilidade da agricultura urbana e periurbana.

2.1.1 Objetivos Específicos

Com base no objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Mapear os atores envolvidos na AUP no município de Santa Maria/RS;
 - 2) Identificar e analisar as principais inovações sociais aplicadas à agricultura urbana;
 - 3) Identificar a contribuição das práticas de AUP para a sustentabilidade urbana;
 - 4) Analisar os benefícios percebidos pelos atores envolvidos em atividades de AUP;
- e
- 5) Explorar os desafios e oportunidades para a integração dessas inovações nas políticas públicas do município.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica será desenvolvida, inicialmente, apresentando-se os conceitos inerentes a inovação social. Em seguida, serão demonstrados os principais elementos, definições e discussões acerca da temática da AUP. Por fim, relata-se brevemente alguns aspectos da AUP no Brasil.

3.1 INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação vem chamando a atenção dos economistas por conta dos avanços tecnológicos cada vez mais frequentes e apoiada pela demanda cada vez maior por benefícios econômicos a todo custo (DO ADRO; FERNANDES, 2020). A investigação sobre inovação encontra amplamente o seu início sistemático e ponto de referência, válido até hoje, na publicação de Schumpeter de 1912 “Teoria do desenvolvimento econômico” na qual uma definição de inovação é introduzida (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Sendo que, a inovação, segundo Schumpeter (1982), é um motor central do desenvolvimento econômico; ela não só melhora a produtividade e a eficiência, mas também cria novas oportunidades de mercado, gera emprego e melhora o padrão de vida .

O desenvolvimento do conceito de inovação foi moldado ao longo dos séculos em grande parte à luz da evolução dos contextos geopolíticos e socioeconômicos; assim, um dos

maiores impulsos foi, sem dúvida, dado pela Segunda Guerra Mundial (DO ADRO; FERNANDES, 2020). A abordagem Schumpeteriana tem sido amplamente aceita na literatura, mas o conceito de inovação evoluiu e novas definições surgiram. Peter Drucker (2004) expandiu este conceito, não apenas alegando tratar todas as novidades como inovações (incluindo encontrar novos usuários para um produto já existente), mas também observou que a inovação pode se referir a fenômenos sociais (LEAL *et al.*, 2022).

É importante observar que, aproximadamente, do primeiro terço do século XX até a década de 1980, a inovação foi considerada principalmente como sinônimo de inovação tecnológica (MOULAERT *et al.*, 2017). O termo inovação social foi cunhado pela primeira vez no início do século XVIII. Seu uso diverso testemunhou múltiplos debates e lutas ideológicas, religiosas e sociopolíticas. Além disso, o significado do termo polarizou-se em duas direções: política (revolucionária ou republicana) e social (a introdução do termo "inovador social" por William L. Sargant em 1858, no sentido de mudança social; cf. Sargant, 2010) (*Ibidem*, 2017).

Schumpeter ressalta a necessidade de inovação social ocorrendo em conjunto tanto na arena econômica quanto na cultura, na política e no modo de vida da sociedade para garantir a eficácia econômica das inovações tecnológicas (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). A inovação social traz mudanças sociais que não podem ser construídas com base em práticas estabelecidas; o propósito pretendido de ambos os tipos de inovação (social e técnicas) é fundamentalmente diferente, embora alguns resultados possam se sobrepor (como o aumento do bem-estar de um grupo social) (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

As inovações sociais não são necessariamente movidas pelo motivo do lucro e as inovações empresariais não precisam ser inovações sociais, há inovações empresariais que não são inovações sociais; por exemplo, inovações com fins lucrativos e de grande impacto negativo no meio ambiente não podem ser consideradas inovações sociais (POL; VILLE, 2009). Nesse sentido, a IS é um conceito sistêmico e ampliado de inovação, nos quais diversos agentes sociais podem ser inovadores e não apenas empresas. Ao contrário das inovações tecnológicas que são impulsionadas pelo mercado e pelo lucro econômico, a IS é impulsionada por preocupações e desafios sociais (BATAGLIN; KRUGLIANSKAS, 2022).

Embora o conceito de inovação social seja tão antigo quanto a humanidade, só recentemente entrou nas ciências sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2014). As suas raízes conceituais remontam a teóricos como Marx, Weber e Durkheim que se concentravam nas condições necessárias para as mudanças (BITENCOURT *et al.*, 2022). A trajetória mais notável da prática da IS apoiada pelo pensamento com base científica no século XIX e no início do século XX foi a ascensão e institucionalização da 'Economie sociale' (MOULAERT *et al.*, 2017). A economia social, tal como é conhecida, foi identificada pela primeira vez em França, no final da década de 1970, como associada a organizações como cooperativas, sociedades mútuas e associações (SHIN, 2016).

Dois tendências principais explicam o status da IS como prioridade de pesquisa: a) transição de uma economia industrial para uma sociedade baseada em conhecimento e serviços, transição que está levando a uma mudança de paradigma do sistema de inovação caracterizada pela abertura do processo de inovação para a sociedade; e b) à medida em que o número de desafios sociais e ambientais aumenta em todo o mundo, os sistemas tradicionais de bem-estar social revelam-se insuficientes para enfrentá-los (SANZO-PÉREZ *et al.*, 2024).

O campo da IS tem recebido um interesse acadêmico e político de rápido crescimento impulsionado por tendências como o envolvimento dos cidadãos e das organizações na inovação, as críticas aos modelos empresariais dominantes e as perspectivas econômicas estreitas sobre o desenvolvimento, os declínios extensos nas despesas públicas e as necessidades das economias em desenvolvimento; na qual a inovação não se trata de

tecnologia de ponta mas sobre a resolução de problemas sociais (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016).

As contribuições para as inovações sociais estão enraizadas em diferentes disciplinas, como a sociologia, a administração de empresas e a economia, o serviço social e a ciência política (RÜEDE; LURTZ, 2012). A realidade social vivenciada pela sociedade foi construída no passado e está continuamente em fluxo: práticas, hábitos e instituições como dinheiro, sufrágio universal, leis e o estado moderno foram todas inovações sociais em um determinado momento (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Para Ardill (2022) há uma divisão entre os dois significados principais de inovação social: um que se refere a uma abordagem crítica e direcionada que defende alternativas às agendas neoliberais percebidas, desafiando as relações e estruturas de poder existentes, e é apresentado como “inovação social radical”. O segundo significado, apresentado como “inovação social complementar”, é mais amplo em termos de beneficiários e visa satisfazer as necessidades sociais de forma mais eficaz e eficiente do que as soluções existentes; sendo mais compatível com as relações de poder e os arranjos de governança urbana existentes (ARDILL, 2022). Para Pozzebon (2021), a “inovação social complementar” aborda a inovação social como a centelha dos processos de transformação social, fornecendo acesso a experiências e a iniciativas de baixo para cima que desafiam e tentam mudar os sistemas econômicos dominantes.

Atentando para o fato de que a IS é o desenvolvimento de soluções novas e criativas para problemas sociais e ambientais, gerando impacto positivo e promovendo o bem-estar coletivo; esse conceito está profundamente conectado aos ODS. A inovação social é essencial para a implementação dos ODS, pois oferece novas perspectivas e soluções para desafios globais e locais, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Diante disso, ao reconhecer que o desenvolvimento humano depende da mudança das práticas sociais, as Nações Unidas reconheceram que as inovações sociais têm um papel significativo a desempenhar no desenvolvimento sustentável (ARDILL; OLIVEIRA, 2018). Durante a preparação e implementação inicial dos ODS, os formuladores de políticas começaram a entender que, historicamente, todo o desenvolvimento humano depende de mudanças nas práticas e culturas sociais (MILLARD; FUCCI, 2023).

Em conjunto com os ODS, a inovação social desempenha um papel crucial ao promover um desenvolvimento equilibrado que aborde as necessidades sociais, ambientais e econômicas. Há uma convergência crescente entre os meios e os fins do desenvolvimento sustentável e da inovação social; ambos são baseados na mudança de práticas sociais em resposta às necessidades sociais e na extensão em que elas finalmente se tornam institucionalizadas e rotineiras (MILLARD; FUCCI, 2023).

A inovação social é um processo que busca novas soluções para problemas sociais complexos e está estreitamente ligada ao alcance dos ODS. Uma prática que contribui diretamente para diversos ODS é a agricultura urbana e periurbana; sendo uma particularidade da inovação social relacionada à agricultura é que as pessoas podem se envolver na produção do bem que desejam (ZOLL *et al.*, 2024). A temática da agricultura urbana e periurbana será abordada no próximo tópico.

3.2 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Nosso atual sistema alimentar está enfrentando desafios urgentes para reduzir sua pegada ecológica; sendo que o setor agrícola é atualmente um grande contribuinte para as mudanças climáticas e degradação ambiental (PAYEN *et al.*, 2022). As consequências da nossa agricultura no ambiente natural — erosão do solo, extinção de polinizadores,

nitrificação da água e emissões de gases de efeito estufa, entre outras — revelam a conexão entre os humanos e o ambiente natural e levantam sérias questões éticas, pois ameaçam nossa sobrevivência coletiva (GIRAUD, 2021).

Diante disso, a ruptura da resiliência do sistema alimentar e o declínio da segurança alimentar global devido às mudanças climáticas e à degradação ambiental estão no centro de um nexo de preocupações globais (GOH *et al.*, 2023). Cerca de um terço das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa vêm dos sistemas alimentares globais (ROSENZWEIG *et al.*, 2020). Neste sentido, a crise climática em curso, combinada a fatores contemporâneos, ressalta fortemente a vulnerabilidade global dos sistemas alimentares e a necessidade urgente de abordagens adaptativas; sendo a agricultura urbana um remédio multifacetado para a produção, sustentabilidade e bem-estar comunitário (RIAÑO-HERRERA *et al.*, 2023).

A visão da Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU de 2021 enfatizou o papel de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e equitativos para a concretização de todos os 17 ODS; salientando a necessidade de trabalhar em conjunto para transformar a forma como o mundo produz, consome e pensa sobre os alimentos (ONU, 2021). Sendo que, os sistemas alimentares sustentáveis, segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2018), são definidos como sistemas que fornecem segurança alimentar e nutricional para todos de tal forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras não sejam comprometidas. De acordo SACHS *et al.* (2019), estes sistemas são reconhecidos como segmentos-chave na transição para atingir os ODS.

Neste contexto, a AUP pode desempenhar um papel importante em sistemas alimentares sustentáveis, por meio de uma ampla gama de benefícios, mesmo sendo improvável que ela forneça a maior parte dos alimentos do mundo (NOGEIRE-MCRAE *et al.*, 2018). Artmann e Sartison (2018) argumentam que o abastecimento alimentar urbano por meio da AUP pode ser considerado uma solução urbana baseada na natureza (SbN).

De acordo com a FAO (1996), a agricultura urbana significa a produção de alimentos dentro dos limites das cidades: em pátios, terraços, hortas comunitárias e pomares, bem como em espaços públicos ou não utilizados; incluindo operações comerciais que produzem alimentos em estufas e espaços exteriores, mas na maioria dos casos é uma atividade de pequena escala dispersa pela cidade.

A AUP pode ser definida como o conjunto de atividades agrícolas localizadas no interior das áreas urbanas ou nas regiões periurbanas que contemplam as etapas de cultivo, processamento e distribuição de uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios (FGVces, 2022). No contexto da AUP, observa-se que enquanto nos países do Norte Global estas iniciativas tendem a centrar-se nas dimensões sociais e, em alguns casos, nos benefícios ambientais; no Sul Global, a AUP centra-se principalmente na subsistência alimentar e na geração de rendimentos (OPITZ *et al.*, 2016).

Apesar da origem precoce da AUP nas cidades, ela tem sido frequentemente considerada uma forma inovadora de abordar os problemas urbanos atuais (SANYÉ-MENGUAL *et al.*, 2019). Para Pradhan *et al.* (2023), a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas é considerada uma abordagem inovadora para o fornecimento de alimentos; podendo nutrir os moradores das cidades e fornecer vários benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Para Mensah (2023) a AUP tem a capacidade de melhorar o ambiente urbano e a adaptação às mudanças climáticas; assim, enquanto as cidades estão se tornando suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas e à insegurança alimentar, a AUP pode apoiar a

adaptação e a mitigação dos impactos climáticos. Para Pradhan *et al.* (2023) a agricultura urbana fornece às famílias e agricultores uma forma alternativa de subsistência.

A AUP também é comumente reconhecida por seu papel em reforçar a sustentabilidade econômica, social e ambiental das cidades por meio do fornecimento de alimentos locais, oportunidades de emprego, funções educacionais e envolvimento ativo na gestão de resíduos e água, por exemplo (AHMAD *et al.*, 2024). Para Kanosvamaha (2023) a agricultura urbana é uma ferramenta potencial para melhorar a nutrição das famílias e mitigar os efeitos das mudanças climáticas (por exemplo, reduzindo os impactos das inundações e melhorando a infiltração de água e o saneamento ambiental).

Desse modo, além de contribuir para a segurança alimentar, a AUP proporciona benefícios à saúde da população, promove a inclusão social e melhora a percepção do bem-estar; ao mesmo tempo, do ponto de vista do planejamento, a agricultura urbana também proporciona um recurso valioso para a regeneração urbana (TAPIA *et al.*, 2021). Faz sentido investir na AUP para enfrentar os desafios mais urgentes das cidades (por exemplo, combate à fome, modernização de indústrias antigas ou integração social) (VAN TUIJL; HOSPERS; VAN DEN BERG, 2018).

No geral, a literatura sobre AUP tem crescido de forma constante com um aumento exponencial na última década (RAO *et al.*, 2022). Nos últimos anos, a literatura enfatiza cada vez mais os benefícios sociais, econômicos e ambientais da agricultura urbana (PRADHAN *et al.*, 2023). O estudo de Yan *et al.* (2022) mostrou que o número de publicações sobre agricultura urbana aumentou substancialmente ano a ano, indicando que o campo está atraindo cada vez mais atenção.

De uma perspectiva política, a AUP afeta muitos domínios da administração municipal, sugerindo a necessidade de integrar a AUP em um planejamento urbano mais amplo, ou mesmo em estratégias de sustentabilidade mais amplas (VAN TUIJL; HOSPERS; VAN DEN BERG, 2018). Reconhece-se que a AUP merece uma abordagem estratégica nas políticas de planejamento urbano e de segurança alimentar, uma vez que pode funcionar como um instrumento para aliviar os desafios urbanos (BENNEDETTI *et al.*, 2023).

No processo de planejamento de sistemas alimentares urbanos e desenvolvimento de estratégias globais de desenvolvimento sustentável, os formuladores de políticas devem considerar totalmente a resiliência, sustentabilidade e versatilidade da UA (YAN *et al.*, 2022). Observa-se que, na grande maioria dos casos, a atividade da AUP tem sido impulsionada por esforços comunitários com raso e desigual apoio público (NICKLAY *et al.*, 2020). Com isso, aumentar a resiliência urbana requer pensamento colaborativo e cooperação entre governos, academia e comunidades, bem como soluções criativas e específicas ao contexto, baseadas em uma avaliação abrangente das condições locais (GULYAS; EDMONDSON, 2021).

Para desenvolver todo o seu potencial, a AUP precisa ser incluída como uma parte fundamental das estratégias e conceitos relevantes de desenvolvimento urbano; sendo integrada como um elemento-chave em políticas, como no planejamento alimentar, eficiência hídrica, eficiência energética, educação, saúde e políticas de biodiversidade (SANYÉ-MENGUAL *et al.*, 2019). Com a AUP obtendo esse tipo de apoio e suporte institucional, os atores da sociedade civil poderão até mesmo assumir a responsabilidade na governança e no planejamento urbano sustentável e desempenhar um papel central em tornar as cidades futuras mais sustentáveis (SANYÉ-MENGUAL *et al.*, 2019). Sendo que, tornar as cidades sustentáveis é a principal essência do mundo inteiro na agenda de desenvolvimento urbano, em linha com os ODS da ONU (AHMAD *et al.*, 2024).

Com isso, percebe-se que a agricultura urbana está intimamente ligada a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; podendo desempenhar um papel crítico em ajudar a atingir esses objetivos promovendo a produção e o consumo sustentáveis de

alimentos, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e criando cidades mais sustentáveis (DESALEGN *et al.*, 2024).

Neste contexto, a agricultura urbana pode ter impactos sociais, econômicos e ambientais positivos mais amplos ao implementar práticas sustentáveis; que são essenciais para resolver seus impactos negativos atuais, que incluem agricultura sustentável, enfrentamento da poluição urbana e garantia de justiça e equidade social (PRADHAN *et al.*, 2024). Além dos três pilares de sustentabilidade anteriores, bem estabelecidos, a literatura sobre agricultura urbana e morfologia urbana também se concentra no desenho urbano sustentável como uma dimensão adicional por meio da qual a agricultura urbana pode contribuir indiretamente para a sustentabilidade urbana (TAPIA *et al.*, 2021).

Para Batitucci *et al.* (2019), torna-se imprescindível que os governantes comecem a reconhecer a importância da agricultura urbana e integrá-la em políticas públicas e como elemento fundamental para a sustentabilidade urbana. O apoio do estado é vital para a sustentabilidade das práticas de agricultura urbana nas cidades (WADUMESTRIGE DONA; MOHAN; FUKUSHI, 2021). A próxima seção trará a temática da AUP no contexto brasileiro.

3.2.1 Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil

A AUP no Brasil tem ganhado relevância nos últimos anos, impulsionada por preocupações com segurança alimentar, sustentabilidade, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida nas cidades. A rápida concentração de pessoas nas cidades brasileiras está sendo impulsionada pela oportunidade econômica e um influxo massivo de moradores rurais buscando escapar da pobreza e da insegurança; o que tem causado complicações para a governança dos assentamentos urbanos (VIEIRA; PANAGOPOULOS, 2024).

No Brasil, agricultura urbana é uma atividade multidisciplinar que não inclui apenas a produção, mas também a transformação e a prestação de serviços; possibilitando a aquisição de produtos agrícolas e pecuários voltados para o autoconsumo, trocas, doação e/ou comercialização (NAZARENO *et al.*, 2022). A tendência atual do urbanismo em muitas cidades ao redor do mundo é a agricultura urbana; enquanto isso, as barreiras administrativas e os gargalos burocráticos do Brasil criam obstáculos para soluções verdes saudáveis e cidades inteligentes (VIEIRA; PANAGOPOULOS, 2024).

Em 26 de julho de 2024 foi sancionada a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Lei 14.935), que aconteceu em (BRASIL, 2024). Esta lei tem como objetivos:

- I - ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;
- II - propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos livres, ociosos e subutilizados;
- III - gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana e periurbana;
- IV - articular a produção de alimentos nas cidades com os programas de abastecimento e compras públicas para alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos penais e outros;
- V - estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana e periurbana;
- VI - promover a educação ambiental e a produção agroecológica e orgânica de alimentos nas cidades;
- VII - difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos, de águas residuais e de águas pluviais na agricultura urbana e periurbana (BRASIL, 2024).

De acordo com a notícia publicada no site do Planalto, a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana pretende articular a produção de alimentos nas cidades com os programas de abastecimento e compras públicas para alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos penais, entre outros (PLANALTO, 2024).

No município de Santa Maria, local de estudo da presente pesquisa, há o Projeto de Lei n. 9027/2019 que “cria a política municipal de agricultura urbana e periurbana sustentável, o conselho gestor e o fundo municipal de agricultura urbana e periurbana do município de Santa Maria – RS” (SANTA MARIA, 2019). Entretanto, este projeto não virou lei e, portanto, o município não possui uma Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana em vigor.

Verifica-se que há poucos estudos relacionados a AUP no município de Santa Maria; entretanto, os estudos demonstraram que as iniciativas existem. Espera-se que com a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana aconteça o fortalecimento das atuais iniciativas de AUP no país e o surgimento de novas; trazendo os benefícios sociais, ambientais e econômicos almejados. A próxima seção detalha o método do estudo.

4 MÉTODO

A presente seção apresenta os procedimentos metodológicos que conduzirão o desenvolvimento deste estudo, visando atingir os objetivos propostos. A taxonomia apresentada por Vergara (2016) é tomada como base neste estudo, no qual a autora propõe dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Desta forma, com o propósito de responder a questão norteadora deste estudo — *como as práticas de inovação social estão associadas a sustentabilidade da agricultura urbana e periurbana?* — a pesquisa, quanto aos fins, caracteriza-se como exploratória e descritiva.

Para Gil (2022, p. 41) “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema (TRIVIÑOS, 1987). Descritiva pois, de acordo com Gil (2022, p. 45) “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Quanto aos meios, o presente estudo se caracteriza como estudo de caso que, de acordo com Yin (2015, p. 17) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. No estudo de caso, “o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas” (CRESWELL, 2007, p. 32). Para realização do estudo de caso é necessário acesso suficiente aos dados do seu caso potencial – seja para entrevistar pessoas, revisar documentos ou registros ou fazer observações de campo (YIN, 2018).

Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. “Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório” (CRESWELL, 2007, p. 46). A pesquisa qualitativa é, por excelência, multimétodo, constituindo-se numa abordagem que procura compreender os fenômenos humanos e sociais de forma naturalística e interpretativa (GODOY, 2013).

A seguir, são descritos os principais procedimentos adotados para a consecução dos objetivos da pesquisa.

4.1 UNIDADE DE ANÁLISE

Para atingir o objetivo geral deste estudo, a pesquisa será realizada no município de Santa Maria localizado na região Central do estado do Rio Grande do Sul (RS). De acordo com o IBGE Cidades, no último Censo (2022), o município contava com 271.735 habitantes (IBGE, 2022). O município possui cinquenta bairros e nove distritos (Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2024).

O município de Santa Maria/RS foi escolhido por ser uma cidade que possui iniciativas de AUP conhecidas nacionalmente, como, por exemplo, a Horta Neide Vaz que foi apresentada no programa Globo Repórter do dia 17 de dezembro de 2021 (UFSM, 2021). Na UFSM existem projetos e programas de extensão relacionados a Hortas, sejam elas comunitárias, escolares ou prisional. Existem hortas comunitárias em bairros de periferias, como, por exemplo, na Vila Resistência (uma área de ocupação).

A cidade também conta com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA) que tem “a finalidade de articular e mobilizar a sociedade, formular e propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação, como parte integrante do direito de cada cidadão” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2024). Tendo em vista que tanto o CONSEA, quanto a AUP estão diretamente ligados à promoção da segurança alimentar e nutricional e ao combate à fome; a presença deste órgão é um fator importante na escolha do município como unidade de análise.

Além disso, o município é referência em economia solidária e possui o Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter (CRDIL), um mercado inaugurado em 1989 que leva o nome do antigo Bispo de Santa Maria e fundador do projeto Esperança/Coesperança (ESTEVES, 2021). Neste Centro, nas manhãs de sábado, há a presença de vários agricultores urbanos comercializando seus produtos.

4.2 COLETA DA EVIDÊNCIA DO ESTUDO DE CASO

De acordo com Yin (2015, p. 123) “um importante ponto forte da coleta de dados do estudo de caso é a oportunidade de usar diferentes fontes de evidências”. A inovação social em espaços urbanos é frequentemente examinada por meio de estudos de caso; as abordagens de pesquisa são tipicamente qualitativas, utilizando entrevistas, análise de documentos e observação participante (ARDILL; OLIVEIRA, 2018).

Para que os objetivos sejam atingidos, será utilizada a metodologia de cartografia dos ecossistemas de inovação social do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020). Também será utilizada a metodologia do estudo “Cidades e suas agriculturas: Avaliação de benefícios da agricultura urbana e periurbana para as pessoas” do FGVCes (2024). Serão realizadas rodas de conversa e entrevistas com agricultores e agricultoras, comunidades escolares, comunidade prisional, servidores públicos, acadêmicos e ativistas da agenda de agricultura urbana e periurbana.

Para “Identificar a contribuição das práticas de AUP para a sustentabilidade urbana” será utilizado, de forma adaptada para o presente estudo, o quadro de avaliação de sustentabilidade multidimensional elaborado por Tapia *et al.* (2021). Este quadro é baseado em indicadores para a agricultura urbana; que foi concebido para ser adaptável a qualquer ambiente cultural e a todos os tipos de agricultura urbana, desde hortas comunitárias até a agricultura em telhados (TAPIA *et al.*, 2021).

Todas as entrevistas e rodas de conversa serão gravadas e registradas com o devido consentimento dos participantes, mediante leitura e aceite de um Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido (TCLE) que será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSM.

4.3 ANÁLISE DA EVIDÊNCIA DO ESTUDO DE CASO

No que condiz à análise da evidência do estudo de caso, a mesma será operacionalizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016); seguindo as três fases definidas pela autora: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. Após a realização das entrevistas e rodas de conversas, o conteúdo será transcrito na íntegra utilizando o *software* Reshape. O *software* realiza uma transcrição automática, sendo que o conteúdo será revisado.

O *software* NVivo será utilizado para auxiliar a análise dos dados, de maneira a permitir codificar, filtrar, fazer buscas, questionar e categorizar os dados para responder ao problema de pesquisa.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com o presente estudo, ao analisar como as práticas de inovação social estão associadas a sustentabilidade da agricultura urbana e periurbana, contribuir com a literatura; tendo em vista que, de acordo com Bataglin e Kruglianskas (2022), embora a literatura científica sobre IS tenha aumentado mais de 500% nos últimos 10 anos, o campo ainda está fragmentado, carecendo de mais estudos.

Além disso, para Pradhan *et al.* (2023) um estudo mais detalhado é necessário para entender as interligações entre os ODS e a agricultura urbana; tendo em vista que a melhoria adequada na agricultura urbana para aliviar as compensações entre as metas dos ODS também permanece desconhecida. Análises conceituais estruturadas dos benefícios da sustentabilidade urbana, incluindo a operacionalização dos vários domínios impactados pela prática da agricultura urbana, permanecem escassas (ZASADA *et al.*, 2020).

Como as cidades são os principais locais de consumo, elas também são importantes locais de investigação (SONNINO, 2023). Diferentes estudos têm se dedicado a elaborar cenários futuros para a expansão da produção de alimentos dentro e no entorno das cidades. Esses números, apesar de fundamentais para entender o potencial de abastecimento alimentar local proporcionado pela AUP, não necessariamente refletem a multiplicidade de benefícios gerados pela agenda nas diferentes dimensões (humana, social, econômica e ambiental) (FGVces, 2024).

Para Van Tuijl, Hospers e Van Den Berg (2018), o mapeamento dos vários tipos de iniciativas de AUP nas cidades pode ser usado como uma valiosa ferramenta de planejamento para aumentar a contribuição da AUP para o desenvolvimento sustentável da cidade. O estudo de Wadumestrige Dona, Mohan e Fukushi, (2021) sugere mais atenção acadêmica para práticas de agricultura urbana em países em desenvolvimento. Em um estudo bibliométrico sobre a AUP no Brasil; Alves, Moura e Schultz (2019) ressaltaram a necessidade de mais pesquisas sobre práticas de agricultura urbana em diferentes estados do Brasil.

No contexto do Sul Global, mais foco é necessário para explorar como os agricultores urbanos podem ser apoiados por meio de estruturas legais e institucionais mais fortes que reconheçam e protejam a agricultura como uma opção legítima e valiosa de uso da terra nas cidades (RAO *et al.*, 2022). Isso se faz necessário pois a AUP não é vista como “agricultura real” por muitas partes interessadas, especialmente pelos planejadores/formuladores de políticas, que a veem como uma atividade social e não produtiva, dificultando, como na

Espanha, a adoção da agricultura urbana como uma componente do planejamento municipal (SANYÉ-MENGUAL *et al.*, 2020).

Por fim, tendo em vista que a cidade de Santa Maria/RS possui iniciativas de AUP, porém não possui uma Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana; espera-se que o presente estudo contribua na construção desta política e no aumento dos benefícios tanto para os agricultores urbanos; como para o município no geral. Pretende-se também que este estudo seja uma base para estudos nos outros municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, N.; AHMAD, Z.; MOHD ADNAN, Y.; LEE, C. L. Roles of Urban Agriculture towards Contributing Sustainable Cities: A scoping review. **Environment-Behaviour Proceedings Journal**, v. 9, n. 27, p. 289–297, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21834/e-bpj.v9i27.5640>
- ALVES, D. O.; MOURA, A. Q.; SCHULTZ, G. Agricultura urbana no BRASIL: um levantamento sobre a produção científica nas bases *Scopus* e *Web Of Science*. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 160-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.1946>
- ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista De Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 181–200, 2020.
- ARDILL, N. Social Innovation for Sustainable Development. *In*: ARDILL, N. **Growing Food in Cities - Social Innovation Strategies for Sustainable Development**. 1. ed. Springer Cham, 2022. ISBN978-3-030-98477-9. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-98475-5>
- ARDILL, N.; OLIVEIRA, F. L. Social innovation in urban spaces. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 10, n. 3, p. 207-221, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/19463138.2018.1526177>
- ARTMANN, M.; SARTISON, K.. The Role of Urban Agriculture as a Nature-Based Solution: A Review for Developing a Systemic Assessment Framework. **Sustainability**, v. 10, n. 6, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10061937>
- AVELINO, F.; WITTMAYER, J.M; PEL, B.; WEAVER, P.; DUMITRU, A.; HAXELTINE, A.; KEMP, R.; JØRGENSEN, M. S.; BAULER, T.; RUIJSINK, S.; O'RIORDAN, T. Transformative social innovation and (dis)empowerment. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 195-206, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.05.002>
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATAGLIN, J.C.; KRUGLIANSKAS, I. Social Innovation: Field Analysis and Gaps for Future Research. **Sustainability**, v. 14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14031153>
- BATITUCCI, T.O.; CORTINES, E.; ALMEIDA, F. S.; ALMEIDA, A. A. Agriculture in urban ecosystems: a step to cities sustainability. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0277r3vu19L4AO>
- BENNEDETTI, L.V.; SINISGALLI, P.A.A.; FERREIRA, M.L.; OLIVEIRA, F. L. Challenges to Promote Sustainability in Urban Agriculture Models: A Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, 2023. <https://doi.org/10.3390/ijerph20032110>
- BITENCOURT, C. C.; ZANANDREA, G.; AGOSTINI, M. R.; SILVA, L. M.; SILVA, S.B. Inovação social na perspectiva da gestão. *In*: **Inovação social: diálogos teóricos e práticas integradas**/Adriane Vieira Ferrarine e Aline Callegaro de Paula Bueno (org.) – Sao Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2022. 134 p.

BRASIL. **Lei 14.935, de 26 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jul. 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm Acesso em 04 set 2024.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 82, p. 42–51, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CUNHA, J.; FERREIRA, C.; ARAÚJO, M.; NUNES, M. L.; FERREIRA, P. Social innovation projects link to sustainable development goals: case of Portugal. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 8, p. 725-737, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504509.2022.2084795>

DESALEGN, G.; TANGL, A.; FEKETE-FARKAS, M.; GUDISA, G.; BOROS, A. Linking policies and regulations to sustainable finance for the promotion of urban agriculture: Evidence from micro and small businesses. **Heliyon**, v. 10, n. 11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e31938>

DO ADRO, F.; FERNANDES, C.I. Social innovation: a systematic literature review and future agenda research. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v. 17, p. 23–40, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12208-019-00241-3>

EICHLER, G.M.; SCHWARZ, E.J. What Sustainable Development Goals Do Social Innovations Address? A Systematic Review and Content Analysis of Social Innovation Literature. **Sustainability**, v. 11, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11020522>

ESTEVEZ, A. M. Solidarity Economy Markets as “mobilizational commons”: re-signifying the market through the lens of cooperation. **Community Development Journal**, v. 56, n. 3, p. 470–486, 2021. DOI: [10.1093/cdj/bsaa008](https://doi.org/10.1093/cdj/bsaa008)

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **El estado mundial de la agricultura y la alimentación.** Roma, 1996. Disponível em <https://www.fao.org/4/w1358s/w1358s00.htm> Acesso em 05 set 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Sustainable food systems Concept and framework** (2018). Disponível em <https://openknowledge.fao.org/items/8d2575e3-e701-4b1d-8e20-d9c83179c848> Acesso em 02 out. 2024.

FGVces. **Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano.** Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2022. 61p.

FGVces. **Cidades e suas agriculturas: avaliação de benefícios da agricultura urbana e periurbana para as pessoas.** Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2024. 377p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 7th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 08 out. 2024.

GIRAUD, E. Urban Food Autonomy: The Flourishing of an Ethics of Care for Sustainability. **Humanities**, v. 10, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/h10010048>

GODOY, A. S. Fundamentos da pesquisa qualitativa. *In*: TAKAHASHI, Adriana Roseli W. **Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. *E-book*. p.35. ISBN 9788522477272. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522477272/>. Acesso em: 08 out. 2024.

GOH, Y. S.; HUM, Y. C.; LEE, Y. L.; LAI, K. W.; YAP, W.; TEE, Y. K. A meta-analysis: Food production and vegetable crop yields of hydroponics. **Scientia Horticulturae**, v. 321, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scienta.2023.112339>

GOVIGLI, V. M.; ROIS-DÍAZ, M.; DEN HERDER, M.; BRYCE, R.; TUOMASJUKKA, D.; GORRIZ-MIFSUD, E. The green side of social innovation: Using sustainable development goals to classify environmental impacts of rural grassroots initiatives. **Environmental Policy and Governance**, v. 32, p. 459–477, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/eet.2019>

GULYAS, B.; EDMONDSON, J. Increasing City Resilience through Urban Agriculture: Challenges and Solutions in the Global North. **Sustainability**, v. 13, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13031465>

IJASSI, W.; REJEB, H. B.; ZWOLINSKI, P. Environmental Impact Allocation of Agri-food Co-products. **Procedia CIRP**, v. 98, p. 252-257, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procir.2021.01.039>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados (2022)**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santa-maria.html>>. Acesso em 14 out 2024.

KANOSVAMHIRA, T. P. How do we get the community gardening?: grassroots perspectives from urban gardeners in Cape Town, South Africa. **Journal of Cultural Geography**, v. 40, n. 1, p. 47-63, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/08873631.2023.2187509>

LEAL FILHO, W.; FRITZEN, B.; VARGAS, V. R.; PAÇO, A.; ZHANG, Q.; DONI, F.; AZUL, A. M.; VASCONCELOS, C. R. P.; NIKOLAOU, I. E.; SKOULOUDIS, A.; WERESA, M. A.; MARCZEWSKA, M.; PRICE, E.; ANHOLON, R.; RAMPASSO, I.; QUELHAS, O.; SALVIA, A. L.; OZUYAR, P. G.; MOGGI, S.; WU, Y. J. Social innovation for sustainable development: assessing current trends. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 29, n. 4, p. 311-322, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504509.2021.2013974>

MENSAH, J. K. Urban agriculture, local economic development and climate change: conceptual linkages. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 15, n.1, p. 141-151, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/19463138.2023.2207523>

MILLARD, J.; FUCCI, V. The role of social innovation in tackling global poverty and vulnerability. **Frontiers in Sociology**, v. 8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.966918>

MOUGEOT, L. **Growing better cities: urban agriculture for sustainable development**. Canadá, International Development Research Centre, 2006. Disponível em <https://idrc-crddi.ca/en/book/infocus-growing-better-cities-urban-agriculture-sustainable-development> Acesso em 10 set 2024.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D. **Advanced introduction to social innovation**. Elgar advanced introductions. Cheltenham Northampton: Edward Elgar Publishig, 2019.

MOULAERT, F.; MEHMOOD, A.; MACCALLUM, D.; LEUBOLT, B. **Social Innovation as a Trigger for Transformations**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017. Disponível em https://mobility.sendsicilia.it/wp-content/uploads/2020/07/social_innovation_trigger_for_transformations.pdf Acesso em 19 set 2024.

NAZARENO, L. S. Q.; RIBEIRO JUNIOR, J. B.; BEZERRA, A. M. E.; GUIMARÃES, M. A. Aspectos históricos e perspectivas da agricultura urbana no Brasil: uma revisão. **Anais Da Academia Pernambucana De Ciência Agronômica**, v. 19, n.1, 2022. Disponível em <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/4556>

NICKLAY, J.A.; CADIUEX, K.V.; ROGERS, M.A.; JELINSKI, N.A.; LABINE, K.; SMALL, G.E. Facilitating spaces of urban agroecology: A learning framework for community-university partnerships. **Frontiers in Sustainable Food System**, v. 4, 143. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.00143>

NOGEIRE-MCRAE, T.; RYAN, E. P.; JABLONSKI, B. B. R.; CAROLAN, M.; ARATHI, H. S.; BROWN, C. S.; SAKI, H. H.; MCKEEN, S.; LAPANSKY, E.; SCHIPANSKI, M. E. The Role of Urban Agriculture in a Secure, Healthy, and Sustainable Food System. **BioScience**, v. 68, n. 10, p. 748–759, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/biosci/biy071>

NOWYSZ, A.; MAZUR, Ł.; VAVERKOVÁ, M.D.; KODA, E.; WINKLER, J. Urban Agriculture as an Alternative Source of Food and Water Security in Today’s Sustainable Cities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, n. 19, v. 23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph192315597>

OPITZ, I.; SPECHT, K.; BERGES, R.; SIEBERT, R.; PIORR, A. Toward Sustainability: Novelties, Areas of Learning and Innovation in Urban Agriculture. **Sustainability**, v. 8, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3390/su8040356>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Food systems summit: The vision** (2021). Disponível em <https://www.un.org/en/food-systems-summit/vision-principles> Acesso em 18 out. 2024.

PAYEN, F. T.; EVANS, D. L.; FALAGÁN, N.; HARDMAN, C. A.; KOURMPETLI, S.; LIU, L.; MARSHALL, R.; MEAD, B. R.; DAVIES, J. A.C. How much food can we grow in urban areas? Food production and crop yields of urban agriculture: A meta-analysis. **Earth's Future**, v. 10, n. 8, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1029/2022EF002748>

PEL, B.; HAXELTINE, A.; AVELINO, F.; DUMITRU, A.; KEMP, R.; BAULER, T.; KUNZE, I.; DORLAND, J.; WITTMAYER, J.; JØRGENSEN, M. S. Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. **Research Policy**, v. 49, n. 8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>

PLANALTO. **Presidente sanciona Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/presidente-sanciona-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana> Acesso em 25 set. 2024.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, p. 878–885, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>

POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. Nourishing the Social Innovation Debate with the “Social Technology” South American Research Tradition. **Voluntas**, v. 32, p. 663–677, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-021-00314-0>

PRADHAN, P.; CALLAGHAN, M.; HU, Y.; DAHAL, K.; HUNECKE, C.; REUSSWIG, F.; LOTZE-CAMPEN, H.; KROPP, J. P. A systematic review highlights that there are multiple benefits of urban agriculture besides food. **Global Food Security**, v. 38, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2023.100700>

PRADHAN, P.; SUBEDI, D. R.; DAHAL, K.; HU, Y.; GURUNG, P.; POKHAREL, S.; KAFLE, S.; KHATRI, B.; BASYAL, S.; GURUNG, M.; JOSHI, A. Urban agriculture matters for sustainable development. **Cell Reports Sustainability**, v. 1, n. 9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crsus.2024.100217>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Conselho municipal de segurança alimentar**. Disponível em https://www.santamaria.rs.gov.br/cons_seguranca_alimentar/864-

[sobre-seguranca-alimentar](#) Acesso em 21 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Secretaria de Município e Desenvolvimento Rural**. Disponível em <https://www.santamaria.rs.gov.br/rural/71-distritos> Acesso em 21 out. 2024.

PUELLES, A. A.; EZPONDA, J. E. ¿Qué es la innovación social? El cambio de paradigma y su relación con el Trabajo social. **Cuadernos de Trabajo Social**, n. 29, v. 2, p. 163–172, 2016. <https://doi.org/10.5209/CUTS.51752>

RAO, N.; PATIL, S.; SINGH, C.; ROY, P.; PRYOR, C.; POONACHA, P.; GENES, M. Cultivating sustainable and healthy cities: A systematic literature review of the outcomes of urban and peri-urban agriculture. **Sustainable Cities and Society**, v. 85, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2022.104063>

RIAÑO-HERRERA, D. A.; VARELA-MARTÍNEZ, D. A.; CHENET, J.G.; GARCÍA-GARCÍA, D. A.; DÍAZ-VERUS, S. D.; RODRÍGUEZ-URREGO, L. Driving sustainable urban development: Exploring the role of small-scale organic urban agriculture in Bogotá, Colombia: A case study. **Sustainable Cities and Society**, Volume 99, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2023.104919>

ROSENZWEIG, C., MBOW, C.; BARIONI, L.G.; BENTON, T.G.; HERRERO, M.; KRISHNAPILLAI, M.; LIWENGA, E. T.; PRADHAN, P.; RIVERA-FERRE, M. G.; SAPKOTA, T.; TUBIELLO, F. N.; XU, Y.; CONTRERAS; E. M.; PORTUGAL-PEREIRA, J. Climate change responses benefit from a global food system approach. **Nature Food**, v. 1, p. 94–97, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s43016-020-0031-z>

RÜEDE, D.; LURTZ, K. Mapping the various meanings of social innovation: Towards a differentiated understanding of an emerging concept. **EBS Business School Research Paper**, n. 12, v. 3, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2091039>

SACHS, J. D.; SCHMIDT-TRAUB, G.; MAZZUCATO, M.; MESSNER, D.; NAKICENOVIC, N.; ROCKSTRÖM, J. Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**, v. 2, n. 9, p. 805–814, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41893-019-0352-9>

SANTA MARIA. **Projeto de Lei n. 9027/2019**. Cria a política municipal de agricultura urbana e periurbana sustentável, o conselho gestor e o fundo municipal de agricultura urbana e periurbana do município de Santa Maria – RS. Disponível em <https://camara-sm.rs.gov.br/atividades-legislativas/projetos/projeto-de-lei/62810/institucional/?tipo=a-camara&subtipo=procuradoria-da-mulher> Acesso em 04 out. 2024.

SANYÉ-MENGUAL, E.; SPECHT, K.; GRAPSA, E.; ORSINI, F.; GIANQUINTO, G. How Can Innovation in Urban Agriculture Contribute to Sustainability? A Characterization and Evaluation Study from Five Western European Cities. **Sustainability**, v. 11, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11154221>

SANYÉ-MENGUAL, E.; SPECHT, K.; VÁVRA, J.; ARTMANN, M.; ORSINI, F.; GIANQUINTO, G. Ecosystem Services of Urban Agriculture: Perceptions of Project Leaders, Stakeholders and the General Public. **Sustainability**, v. 12, n. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su122410446>

SANZO-PÉREZ, M. J.; ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, L. I.; GARCÍA-RODRÍGUEZ, N.; REY-GARCÍA, M. Social innovation in non-profit organizations: a measurement scale. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 37, n. 1, p. 4-32, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/13511610.2023.2241116>

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SONNINO, R. Food system transformation: Urban perspectives. **Cities**, v. 134, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.104164>

TAPIA, C.; RANDALL, L.; WANG, S.; BORGES, L. A. Monitoring the contribution of urban agriculture to urban sustainability: an indicator-based framework. **Sustainable Cities and Society**, v. 74, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2021.103130>

TIAN, X.; ZHANG, R.; WANG, Z.; KANG, X.; YANG, Z. Exploring Community-Supported Agriculture through Maslow's Hierarchy: A Systematic Review of Research Themes and Trends. **Agriculture**, v. 14, n. 9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/agriculture14091568>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) (2021). **Horta Neide Vaz participa do programa Globo Repórter como destaque em Economia Solidária**. Disponível em <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/2021/12/21/horta-neide-vaz-participa-do-programa-globo-reporter-como-destaque-em-economia-solidaria> Acesso em 21 out. 2024.

VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923–1935, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.06.010>

VAN TUIJL, E.; HOSPERS, G.-J.; VAN DEN BERG, L. Opportunities and Challenges of Urban Agriculture for Sustainable City Development. **European Spatial Research and Policy**, v. 25, n. 2, p. 5–22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18778/1231-1952.25.2.01>

VIEIRA, T. A.; PANAGOPOULOS, T. Urban agriculture in Brazil: Possibilities and challenges for Santarém, eastern Amazonia. **Land Use Policy**, v. 139, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2024.107082>

WADUMESTRIGE DONA, C. G.; MOHAN, G.; FUKUSHI, K. Promoting Urban Agriculture and Its Opportunities and Challenges — A Global Review. **Sustainability**, v. 13, n. 17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13179609>

YAN, D.; LIU, L.; LIU, X.; ZHANG, M. Global Trends in Urban Agriculture Research: A Pathway toward Urban Resilience and Sustainability. **Land**, v. 11, n. 1, 2022 DOI: <https://doi.org/10.3390/land11010117>

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. 6 ed. Los Angeles: SAGE, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZASADA, I.; WELTIN, M.; ZOLL, F.; BENNINGER, L. B. Home gardening practice in Pune (India), the role of communities, urban environment and the contribution to urban sustainability. **Urban Ecosystems**, v. 23, p. 403–417, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11252-019-00921-2>

ZOLL, F.; HARDER, A.; MANATSA, L.; FRIEDRICH, J. Motivations, changes and challenges of participating in food-related social innovations and their transformative potential: three cases from Berlin (Germany). **Agriculture and Human Values**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-024-10561-8>